

Artigos livres

A Amazônia de 10 milhões de habitantes: agricultura de subsistência e o manejo da Terra Preta de Índio

The Amazon of 10 million inhabitants: subsistence agriculture and the management of Amazonian Dark Earth

La Amazonia de 10 millones de habitantes: agricultura de subsistencia y gestión de la Tierra Negra Amazónica

Welson Barbosa Santos¹ , Isabel Karine Guimarães¹ ,
Amanda Andrade Pedro¹ , Luiz Gustavo Rodrigues da Silva¹ ,
Priscila Pires Corrêa Neves¹ 

¹ Universidade Federal de Uberlândia , Uberlândia, MG, Brasil

RESUMO

O presente trabalho discute aspectos da história dos povos originários da América do Sul, com ênfase nas populações amazônicas e andinas, articulando contribuições da arqueologia, da genética populacional e dos estudos culturais. Inicialmente, são apresentadas reflexões sobre a escrita acadêmica e a necessidade de uma pesquisa sensível às experiências humanas, dialogando com as contribuições de Rosa Maria Bueno Fischer. Em seguida, são abordadas pesquisas desenvolvidas por Eduardo Góes Neves e Tábita Hünemeier, que questionam narrativas tradicionais sobre o povoamento das Américas e evidenciam a complexidade das sociedades indígenas anteriores à colonização europeia. O texto também discute os impactos da conquista espanhola e portuguesa sobre essas populações, destacando processos de genocídio, apagamento cultural e imposição de valores eurocêntricos. Por fim, são analisadas expressões da diversidade sexual e de gênero presentes entre povos indígenas, especialmente no contexto andino, evidenciando como a colonização contribuiu para a repressão de formas de existência anteriormente integradas às estruturas sociais e religiosas. Conclui-se que a valorização dos saberes originários e o reconhecimento da pluralidade das experiências humanas constituem importantes caminhos para o enfrentamento dos apagamentos históricos ainda presentes na sociedade contemporânea.

Palavras-chave: Indígena; Agricultura; Terra Preta de Índio; Amazônia; Apagamento

ABSTRACT

This study discusses aspects of the history of South America's indigenous peoples—with an emphasis on Amazonian and Andean populations—by integrating contributions from archaeology, population genetics, and cultural studies. It begins by reflecting on academic writing and the need for research that is sensitive to human experiences, drawing on the work of Rosa Maria Bueno Fischer. Next, it examines research by Eduardo Góes Neves and Tábita Hünemeier, which challenges traditional narratives regarding the peopling of the Americas and highlights the complexity of indigenous societies prior to European colonization. The text also addresses the impact of the Spanish and Portuguese conquests on these populations, underscoring processes of genocide, cultural erasure, and the imposition of Eurocentric values. Finally, it analyzes expressions of sexual and gender diversity among indigenous peoples—particularly in the Andean context—demonstrating how colonization contributed to the repression of ways of existence that were previously integrated into social and religious structures. The study concludes that valuing indigenous knowledge and recognizing the plurality of human experiences are vital steps toward addressing the historical erasures that persist in contemporary society.

Keywords: Indigenous; Agriculture; Amazonian Dark Earth; Amazon; Erasure

RESUMEN

Este estudio aborda aspectos de la historia de los pueblos indígenas de América del Sur —con énfasis en las poblaciones amazónicas y andinas— integrando aportes de la arqueología, la genética de poblaciones y los estudios culturales. Comienza reflexionando sobre la escritura académica y la necesidad de una investigación sensible a las experiencias humanas, a partir de la obra de Rosa Maria Bueno Fischer. A continuación, examina las investigaciones de Eduardo Góes Neves y Tábita Hünemeier, las cuales cuestionan las narrativas tradicionales sobre el poblamiento de América y destacan la complejidad de las sociedades indígenas previas a la colonización europea. El texto también aborda el impacto de las conquistas española y portuguesa en estas poblaciones, subrayando los procesos de genocidio, borradura cultural e imposición de valores eurocéntricos. Finalmente, analiza las expresiones de diversidad sexual y de género entre los pueblos indígenas —particularmente en el contexto andino—, demostrando cómo la colonización contribuyó a la represión de formas de existencia que anteriormente estaban integradas en las estructuras sociales y religiosas. El estudio concluye que valorar los conocimientos indígenas y reconocer la pluralidad de las experiencias humanas son pasos fundamentales para abordar las borraduras históricas que persisten en la sociedad contemporánea.

Palabras clave: Indígena; Agricultura; Tierra negra amazónica; Amazonía; Borradura

1 INTRODUÇÃO

Se, na atualidade, somos considerados o celeiro, o campo que alimenta o mundo, poderíamos achar que essa premissa começa com a chegada da cana-de-açúcar, pelo porto de Santos, no litoral do estado São Paulo, no ano de 1532, trazida

da Ilha da Madeira por Martim Afonso de Sousa¹. Talvez, também achemos que a marca central dessa cultura agrícola seja herança da áurea era do café, que chegou ao Brasil em 1727, na cidade de Belém, no estado do Pará, trazido da Guiana Francesa pelo sargento-mor Francisco de Melo Palheta mas que só prosperou no Sudeste, a partir de 1760, com destaque no Vale do Paraíba, no Rio de Janeiro. Diante desses dados tão difundidos de nossa história, este trabalho traz como desafio o ir além do trivial da história comum dos livros escolares. Nesse sentido, a busca é contribuir para a compreensão o período anterior ao ano de 1500, especialmente no que se refere práticas agrícolas dos povos originários, modos de cultivo, manejo da terra e de plantas e sistemas alimentares anteriores à colonização.

Para tal, consideremos os povos originários e as formas como agricultura desenvolvida por eles contribuía para organização deles e foi capaz de desenhar vastas regiões, como a Amazônia. Pra isso, nossa referência sustenta-se no que tem sido trazido ao conhecimento sobre essa Amazônia desconhecida por séculos, a forma como há íntima conexão entre os povos da Amazônia e a ocupação do nosso litoral continental, questões que antecederam a chegada dos europeus. Nesse sentido, a busca central é por reconhecer a história silenciada da América do Sul, uma vez que havia aqui povos que ocupavam extensas regiões do continente, entre os oceanos Atlântico e Pacífico. Habitaram em biomas como o Amazônico, o Cerrado, a Mata Atlântica e a Caatinga.

Assim, quando consideramos quem aqui já habitava, a proposta é buscar entendimentos sobre um movimento de ocupação e produção agrícola indígena em suas próprias terras. O intuito é reconhecer a profunda relação dos povos indígenas com seus conhecimentos sobre agricultura, solo, a natureza, o clima e o relevo. Já sinalizamos, de início, que esses conhecimentos foram fundamentais para a circulação dos europeus, uma vez que os indígenas atuaram como guias no processo de

¹ Martim Afonso de Sousa (1500 –1564) foi um nobre administrador português que fundou a capitania hereditária de São Vicente.

exploração e ocupação colonial. Mas, para sustentar essa discussão, é preciso adentrar num campo que tem ganhado destaque em diferentes áreas do conhecimento, como a antropologia, arqueologia e a genética. Estes estudos tem nos ajudado a reconstituir aspectos que remontam até 13 mil anos, fortalecendo a compreensão de que a presença e a ação desses povos antecederam em muito a chegada europeia.

Nesse intuito, para a construção desta escrita, utilizamos materiais acadêmicos e conteúdos disponibilizados em canais digitais, fundamentados principalmente nas pesquisas de Tábita Hünemeier² e Eduardo Góes Neves³. Nesse sentido, plataformas digitais como o Youtube contribuído para ampliar o acesso a debates antropológicos e arqueológicos sobre os povos indígenas da América do Sul. Para além dos artigos e livros acadêmicos, esses espaços de divulgação, quando ajustados às demandas científicas, têm possibilitado reflexões sobre a dimensão social, geográfica e agrícola já existente nessas regiões, anterior o conceito branco eurocentrizado⁴.

Os estudos do pesquisador, pesquisadora e suas respectivas equipes têm sido fundamentais para ampliar a compreensão sobre os povos indígenas em diferentes perspectivas. Foi com base nessas pesquisas e nas publicações disponíveis que

² Tábita Hünemeier é geneticista, atua como professora no Departamento de Genética e Biologia Evolutiva do Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo (USP) e também como cientista titular no Human Population Genomics Lab (IBE-CSIC-UPF) em Barcelona, Espanha. Seu trabalho tem trazido a luz saberes sobre qual a nossa origem genética dos indígenas existente no Brasil e América do Sul, antes da colonização portuguesa e espanhola. Suas pesquisas tem revelado que o Brasil é geneticamente de herança masculina Branca e 1/3 de herança feminina negra e 1/3 indígena, dados que sinalizam o apagamento masculino além do branco europeu e a violência sexual feita com nativas e escravizadas.

³ Eduardo Góes Neves é professor do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE/USP), desde 1989, ensinando na graduação e na pós-graduação. Além disso, orienta no programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), onde, junto a uma equipe multidisciplinar, pesquisa temas como as Terras Pretas. Foi consultor na implementação do curso superior de Tecnologia em Arqueologia da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), possui vínculos com projetos acadêmicos na *Universidad del Centro de La Provincia de Buenos Aires*, Olavarría, Argentina. Sua ação envolve pesquisas extensas na Amazônia ocidental brasileira.

⁴ Conceito criado em debates no início do século XX para definir a Europa como eixo central da história universal. A partir disto, cria-se uma visão de valorização da produção cultural, do modelo de Estado e da modernidade europeia em detrimento das demais regiões do planeta. Nesse sentido, justifica-se o colonialismo e o neocolonialismo, ao difundir a ideia de que o caminho do progresso seria percorrido somente pela esfera do pensamento europeu, marginalizando sistematicamente técnicas e saberes locais.

buscamos refletir sobre as marcas históricas deixadas pelos povos originários, mediante aos impactos provocados pelo processo colonial. Uma questão a ser salientada refere-se às consequências que a colonização trouxe para a drástica redução da população indígena ao longo dos séculos, estimada, na atualidade, em cerca de 10 milhões de indígenas no ano de 1500. Neste campo, surge um questionamento: o que os grupos indígenas que permanecem em isolamento na Amazônia em plena terceira década do século XXI, 521 anos após a ocupação europeia, podem revelar sobre modos de vida, resistência e preservação cultural que nos ajude melhor entender o ocorrido? Para isso, apresentamos algumas reflexões nos campos antropológico e sociológico, a partir dos contatos limitados, estabelecidos com esses grupos. Adentraremos também nos estudos da Amazonia cultivada e agrícola, no estilo de vida no litoral brasileiro e como o impacto europeu dizimou essa população pelo choque cultural imposto.

1.1 Metodologia

Esclarecemos que esta escrita está ajustada ao campo das pesquisas qualitativas e vinculada a um projeto de pesquisa submetido e aprovado no Comitê de Ética - CAAE 87935024.4.0000.5152. Trata-se do recorte de um projeto ainda maior, que envolvem as demandas desenvolvidas pelos grupos de pesquisa: Educação, Masculinidades, Cultura e Subjetividades – GPEMCS e Projetos Interdisciplinares – GPCIM. Por se tratar de um recorte acomoda-se ao desenho de reflexão teórica. Metodologicamente, alguns referenciais nos são centrais, e os trazemos em forma de questionamento: como nos posicionar entre o que vivemos e pensamos, mediante a história ancestral de nosso país? No campo teórico, quem nos inspira a formular tal questionamento é Rosa Maria Bueno Fischer (2001; 2005; 2021). A autora nos convida a refletir sobre como reconhecer as experiências, os dados e os próprios sujeitos de pesquisa para além das tradicionais categorias de análise.

Como a própria autora nos norteia, quando começamos ou nos propomos a discutir, descrever ou investigar algo que vai falar de nós e de nossos antepassados,

é comum nos sentirmos com receio de errar ou de não conseguir expressar, por meio da escrita, reflexões que façam sentido. Isso ocorre porque a realidade é ampla, complexa e impossível de ser apreendida em sua totalidade, o que exige de nós humildade diante do processo de pesquisa. Nesse sentido, Fischer (2021) defende uma abertura das práticas e pesquisas, na busca por uma produção mais sensível às experiências, aos afetos e às motivações que nos conduzam a determinado objeto de estudo, daí nosso interesse por grupos como os Piripkura⁵, que nos serão referência na discussão.

Diante do desafio, a autora nos chama a valorizar a multiplicidade de perspectivas e o reconhecer da incompletude inerente aos processos de produção do conhecimento. Um desafio que consiste em construir uma prática acadêmica mais generosa e atenta ao inesperado, acolhendo as incertezas e rompendo com a rigidez frequentemente associada à pesquisa acadêmica. Este é um desafio que assumimos nesse trabalho, até por envolver a história, a sociologia, a antropologia e a arqueologia, embora contemos também com a exatidão da genética. Diante disso, em Fischer (2005) o desafio é estar atento aos frágeis nexos entre marcas, vestígios e percursos que constituem uma aventura intelectual, que no nosso caso, envolve os nossos antepassados e nossa ancestralidade.

Nisso, como falar de vida, de coisas da vida, em nossas pesquisas e nos colocar de fora desse movimento? Acaso não somos nós humanos, ou nos desumanizamos ao sermos pesquisadores? Não somos os descendentes diretos de quem aqui viveu? Portanto, torna-se necessário permitir que apareçam, na pesquisa aqui apresentada, os elementos que nos atravessam e contribuem para a construção do pensamento: os filmes, as mídias, os trabalhos de arqueologia, os esboços da escrita filosófica e

⁵ Os Piripkura são um povo indígena que habita o território indígena localizado no Mato Grosso, na Floresta Amazônica. Devido ao massacre nos anos de 1980, presente somente dois sobreviventes remanescentes, Tamanduá e Baita. Atualmente são monitorados pela Fundação Nacional dos Povos Originários, FUNAI, já que escolheram viver no nomadismo. A sobrevivência de Tamanduá e Baita está intrinsecamente ligada à proteção jurídica de seu território, que sofre pressões constantes para a exploração econômica.

literária que temos acesso, bem como as experiências que mobilizam nosso olhar sobre o tema aqui proposto, daí a importância das mídias digitais para essa tecitura. É nessa direção que Fischer (2021, p.3) nos instiga em: “como trabalhar com uma espécie de poética dos rascunhos, com a intensidade das infinitas aproximações a certo tema ou ao objeto de nosso interesse?” A autora nos direciona dizendo que:

Quando nos restringimos à polemização, abandonamos a conversa. Pior do que isso: matamos a intensidade possível das relações, das trocas, do próprio pensamento. Impedimos que as coisas avancem, como criação e diferença; apegamo-nos ao que já temos sido; ou nos ocupamos ferozmente em denunciar todo o tipo de males escondidos, por trás das evidências (Fischer, 2021, p. 4)

Tal movimento nos convida a questionar uma prática recorrente na academia: a separação entre questões consideradas estritamente acadêmicas e aquelas associadas à vida cotidiana. Amparados na autora, ao romper com essa divisão torna-se possível incorporar novos questionamentos e perspectivas que permanecem invisibilizados nos espaços acadêmicos, como estudos e aprofundamentos sobre nossa ancestralidade enquanto cultura e nação. A partir dessa compreensão, tomamos como referência um conjunto de documentários produzidos ou protagonizados pelos dois importantes pesquisadores brasileiros citados, a Dra. Tábita Hünemeier e o Dr. Eduardo Góes Neves. Nesse processo, imagens, narrativas e diferentes formas de expressão desempenharam papel fundamental na construção de sentidos, afetando diretamente a maneira como pensávamos. Com eles, aprendemos e atribuímos significado às experiências que aqui sustentam este artigo.

Embora um movimento difícil, Fischer (2021) ressalta que, ao movimentarmos o pensamento diante das dificuldades, barreiras e limitações que frequentemente atravessam a escrita acadêmica, podemos nos deparar com sentimentos de esgotamento, falta de energia e escassez de imaginação. Esse é um dos desafios da escrita ancestral para quem pesquisa. Há um confronto constante entre a criatividade, frequentemente associada à arte, e o pensamento crítico exigido pela produção

acadêmica. Em meio aos documentos, registros e análises da pesquisa, não foi fácil perceber quais caminhos seguiríamos ou quais escolhas faríamos diante do próprio relato investigativo acessado. Desse modo, produzir um texto original e genuíno exigiu sensibilidade e reflexão permanente. Não se tratou de abandonar o rigor científico, mas de questionar práticas que acabaram afastando a pesquisa daquilo que é vivido e experimentado pelos sujeitos. A autora nos guia a reconhecer o valor desses elementos, mostrando que aquilo que surge de forma imprevista também pode contribuir significativamente para a construção do conhecimento e para a compreensão dos fenômenos investigados.

Pesquisar é, de alguma forma, fazer ficção, furtar, afastar-se de si e de seu tempo, justamente para perceber o histórico, apanhar o espírito de uma época, a nossa época, e que, por vezes, nos sufoca e nos exige imensos esforços. É raciocinar poeticamente (ou, pelo menos, tentar fazê-lo. Ensaiar outras gramáticas, que não a nossa, costumeira. Fazer incisões não imaginadas no real. Buscar uma lucidez que nos distancia, por momentos, de nós mesmos. Meras palavras? Penso que não. Cada arte, cada linguagem, cada modo de criação nos ensina a força de um presente que jamais se reduz ao trivial: antes, veste-se de uma ética de obrigações a que somos chamados, para com o outro, para conosco mesmos. Disso é feita toda e qualquer criação. Também nossas invenções acadêmicas. Uma criança que pede à professora mais tempo é certamente um grito de alerta. Mas é também matéria de poesia e pensamento. (Fischer, 2021, p. 19)

Foi assim direcionados que foi possível expressar reflexões sobre acontecimentos históricos e políticos, narrativas de vida, experiências e contextos que atravessaram a pesquisa. Desse modo, mesmo quando lemos um texto, foi necessário interpretar e distinguir aquilo que pertence à nossa compreensão daquilo que foi produzido pelo outro. Assumir que não temos acesso direto à realidade vivida não foi tão óbvio. Isso porque quantas vezes acreditamos ter compreendido plenamente uma experiência apenas porque estudamos pessoas e registramos suas opiniões, memórias e perspectivas? Nesse sentido, Fischer (2021, p. 15) nos provoca a refletir sobre aquilo que efetivamente temos em mãos quando estudamos contos, histórias, relatos de vida, artigos, mídias, documentários, filmes ou livros.

Esses materiais nos permitiram aprofundar conhecimentos e compreender aspectos importantes da trajetória. Quais sonhos, desejos, conflitos e experiências permaneceram fora da narrativa, mas que seus discursos muito nos dizem? Essas questões evidenciam que a pesquisa exige um compromisso ético permanente, bem como uma atenção cuidadosa às subjetividades que atravessam os processos de produção de conhecimento, incluindo os históricos. Assim, torna-se fundamental reconhecer os limites de nossas interpretações e a complexidade das questões que buscamos investigar. Desse modo, orienta a autora que devemos:

Assumir que não temos, definitivamente, posse de nada. Essa é, a meu ver, uma boa atitude para o pesquisador. Um texto exemplar, descoberto dis-traidamente, tem-me alimentado, seja como referência teórica, material em-pírico ou como inspiração analítica. [...] aí se mantém um instigante diálogo sobre os processos criativos e o problema do furto, da cópia, da releitura ou da apropriação da obra do outro. Essa é uma questão que se coloca para os artistas, pintores, escritores, cineastas – e é, igualmente, um problema para nós. (Fischer, 2021, p.16)

Diante do exposto, ao considerar a sensibilidade e a criatividade no processo de escrita, o desafio não consistiu no abandonar do rigor acadêmico, mas o evitar formas excessivamente rígidas, técnicas e formas de expressão, que dificultassem a comunicação das ideias. Para enfrentar esse desafio, neste artigo jogamos que foi necessário desenvolver um olhar atento não apenas para aquilo que desejávamos dizer, mas também para a maneira como nossas palavras seriam colocadas. Isso implicou questionar constantemente se os argumentos apresentados estavam claros, se as frases estavam compreensíveis e se o texto seria capaz de comunicar dados tão importantes de nossa história e de nossa ancestralidade.

2 13 MIL ANOS DE HISTÓRIA: O BRASIL QUE ANTECEDE A ENTRADA PELO ESTREITO DE *BERING*

Tomamos como base inicial dessa escrita o povo introdutoriamente citado, os indígenas Piripkura, tendo como referência, os documentários disponibilizados no

Youtube e descritos nas referências deste trabalho. Atualmente, esse grupo possui poucos sobreviventes conhecidos, entre eles Tamanduá e Baita, tidos como isolados, ambos do sexo masculino e Rita, do sexo feminino e que vive sob a proteção da Fundação Nacional do Índio - FUNAI⁶, ajustada a demanda social tida como “civilizada”. Nesse sentido, o governo tem mantido uma área de 243 mil hectares no Mato Grosso, onde vivem estes dois remanescentes isolados. Dados atualizados indicam que Tamanduá e Baita sobrevivem de modo nômade na floresta, utilizando poucos instrumentos para sobrevivência, como machados, tochas e facões.

A introdução deve conter elementos essenciais a uma plena compreensão do texto. Sugere-se que os autores iniciem o artigo com uma breve contextualização do assunto e, após, apresentem o PROBLEMA que foi investigado e será elucidado. Também se sugere que sejam apontados de forma clara os OBJETIVOS do artigo. Ao final da introdução recomenda-se que seja realizada uma apresentação sucinta da estrutura geral do artigo de modo a permitir que o leitor compreenda como o assunto será abordado a partir de então.

Desse modo, uma questão importante à nossa discussão, é a escolha pela não aproximação para com os tidos “brancos civilizados”. Tal escolha seria uma forma de resistência contra massacres históricos vividos desde o primeiro contato com os colonizadores nos idos de 1500? Buscando entender este grupo, os Piripkura foram localizados pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) somente a últimos 20 anos, fato que ganhou maior visibilidade a partir de um documentário lançado em 2018. Quanto a localização, a terra Indígena Piripkura está situada entre os municípios de Colniza e Rondolândia no estado de Mato Grosso. Entretanto, o território enfrenta intensos processos de desmatamento, tendo perdido uma área equivalente a aproximadamente 1.340 estádios de futebol entre os anos de 2020 e 2021, segundo dados do Instituto Socioambiental (ISA, 2026).

⁶ A Fundação Nacional dos Povos Originários (Funai), antes conhecida como Fundação Nacional do Índio, é o órgão indigenista oficial do Estado brasileiro, vinculado ao Ministério dos Povos Originários. Foi criada com intuito de coordenar e executar políticas indigenistas do Governo Federal.

Atualmente, o território está entre as áreas mais desmatadas relacionadas a povos indígenas. O documentário citado, denominado “Piripkura” (2017), é um projeto premiado internacionalmente e retrata a luta dos indígenas e o trabalho de monitoramento realizado pelo indigenista Jair Candor junto à FUNAI. Em meio às constantes pressões sofridas pela área da reserva, a atuação do Ministério Público Federal (MPF) tem sido fundamental para a sobrevivência de Tamanduá e Baita. Entretanto, para além do contexto, cabe refletir: ao permanecerem isolados, ainda assim puderam aceitar o contato e receber tratamentos e vacinações que os tem salvado e os mantem saudáveis. Diante disso, questionamos: que aprendizado os dois remanescentes Piripkura podem nos dar com suas escolhas? O que podemos compreender deles e dos demais povos que assim procedem, que possa contribuir para essa discussão? O arqueólogo Eduardo Góes Neves, previamente apresentado na introdução e metodologia deste trabalho, constitui uma importante referência para as discussões aqui desenvolvidas no campo já desenhado. Portanto, essa breve contextualização nos serve para localizar e referenciar a amplitude do tema proposto.

Nesse caminho de entendimento, as pesquisas realizadas por Góes Neves (2022), somadas aos documentários descritos nas referências deste trabalho, produzidos por ele e por sua equipe, fornecem suporte teórico e científico para a compreensão da ocupação humana na Amazônia e da história dos povos indígenas no Brasil. Entre seus trabalhos destacam-se estudos arqueológicos e etnoarqueológicos desenvolvidos em parceria com diferentes comunidades indígenas, incluindo pesquisas realizadas junto ao povo Tariana. Os Tariana constituem um povo indígena que habita a região do Alto Rio Negro, importante afluente do rio Amazonas, localizados principalmente na área de Iauaretê, no município de São Gabriel da Cachoeira, no estado do Amazonas. Eles são considerados um dos principais grupos que compõem o mosaico cultural e étnico da região, local de imensa diversidade indígena.

O termo Iauaretê significa “Cachoeira da Onça” em tupi; trata-se localidade no alto Rio Uaupés, próximo à fronteira com a Colômbia. Pelos estudos do arqueólogo-

antropólogo citado, trata-se de um centro multicultural habitado por diversas etnias, principalmente Tukano Oriental, Aruaque e Maku. Nesse caminho, além de suas pesquisas sobre a ocupação humana da Amazônia, o pesquisador já é reconhecido como uma das principais referências nos estudos sobre a Terra Preta de Índio (TPI). Esse tipo de solo é considerado antropogênico, ou seja, resultante da ação humana ao longo do tempo, apresentando modificações físicas, químicas e morfológicas. A TPI destaca-se por sua elevada fertilidade, contrastando com a maioria dos solos amazônicos, que são predominantemente arenosos e apresentam baixa disponibilidade natural de nutrientes.

As pesquisas de Goés (2022) indicam que a Terra Preta de Índio não é uma formação natural, mas resultado do manejo indígena pré-colombiano acumulado ao longo de milênios. Tais evidências sustentam a hipótese de que houve uma ocupação humana na floresta, sinalizando o manejo do território. Assim, o ponto chave de seu trabalho é a TPI, que nos serve para o entendimento da ocupação humana na Amazônia e a forma como os povos originários que manejaram esse território cultivaram a terra e manejaram o solo. Desse modo, a partir dessas pesquisas, podemos questionar as dimensões geográfica e populacionais da região no período pré-colonial, até o século XVI. Os achados produzidos pelo autor e por sua equipe apontam para uma realidade amazônica distinta daquela difundida durante séculos nos materiais escolares e em parte da literatura tradicional.

Seus trabalhos têm indicado que a Amazônia foi uma região densamente povoada, caracterizada por paisagens manejadas e por formas complexas de organização sociopolítica. No que se refere à densidade populacional, diversos estudos sugerem que a Amazônia pré-colonial, especialmente no período que antecedeu a chegada dos europeus, pode ter abrigado entre 8 e 10 milhões de habitantes, como já citamos. Essas estimativas contrastam com interpretações mais antigas, que descreviam a região como um espaço escassamente povoado. Conforme discutido anteriormente, as evidências arqueológicas apontam para uma realidade distinta,

marcada pela intensa presença e atuação dos povos indígenas. A dimensão antrópica dessa ocupação torna-se evidente em diferentes elementos da paisagem amazônica.

O que já se sabe, com base nas pesquisas arqueológicas, é que ao longo de milênios, populações indígenas criaram áreas de TPI, realizaram o manejo de espécies florestais, especialmente árvores frutíferas, e construíram estruturas monumentais, como os geoglifos, formas geométricas visíveis do alto. Nesse contexto, pesquisas recentes na Amazônia Central e no Alto Xingu, tem identificado vestígios de assentamentos complexos, incluindo praças, redes de estradas e pirâmides, evidenciando formas de organização social mais complexas do que aquelas anteriormente atribuídas às populações amazônicas até o período da chegada dos europeus. Já se supõe, com certa segurança, que, antes da colonização, a região era ocupada por diversas tradições culturais, entre elas as tradições Açutuba e Manacapuru, que se desenvolveram ao longo de séculos.

Ainda, que a tradição Guarita destacou-se pela produção de cerâmicas sofisticadas, frequentemente comparadas às cerâmicas marajoaras devido à sua complexidade técnica e riqueza estética. Em conjunto, essas evidências arqueológicas contribuem para uma compreensão mais ampla da ocupação humana no território que hoje corresponde ao Brasil (Goes, 2022). Outro aspecto relevante refere-se às evidências que apontam para uma presença humana antiga na Amazônia, possivelmente remontando mais de 11 mil anos e associada a diferentes processos migratórios ao longo do tempo. Esses achados têm contribuído para ampliar os debates sobre o povoamento das Américas, especialmente em relação às interpretações mais tradicionais derivadas da chamada Teoria Clóvis⁷. Nesse contexto, os trabalhos de pesquisadores como os de Hünemeier (2023), têm viabilizado o questionamento sobre os modelos clássicos de migração são suficientes para explicar a diversidade

⁷ Conhecido como uma hipótese muito presente entre os arqueólogos, a Teoria Clóvis defendia que o povo Clóvis teria sido o primeiro habitante das Américas. Devido ao nível do mar mais baixo durante o período glacial, esses povos teriam atravessado o estreito de *Bering*, entre as regiões da Sibéria e do Alasca, seguindo posteriormente para o sul do continente.

biológica e cultural observada entre os povos indígenas na Amazônia e litoral brasileiro. Considerando as grandes distâncias entre a região do Estreito de Bering e a Amazônia, bem como a antiguidade de alguns vestígios arqueológicos encontrados no continente, novas hipóteses têm sido formuladas para compreender os processos de ocupação humana do território americano. Do mesmo modo, tais pesquisas têm fornecido base para questionar como se moldava a produção agrícola capaz de alimentar até 10 milhões de pessoas, organizadas em assentamentos existentes às margens e em afluentes do rio Amazonas.

Os trabalhos no campo da genética, desenvolvidos por Hünemeier (2023), têm contribuído para o questionamento dessas teorias, ao identificarem traços de ancestralidade asiática em grupos indígenas associados ao litoral brasileiro e sinais de ancestralidade australasiana em populações indígenas amazônicas. Algo semelhante tem sido percebido entre os indígenas Guarani, que ocuparam vasta área no litoral. Teriam essas populações se deslocado pelo mar? O questionamento permanece relevante quando consideramos que estamos nos referindo a grupos que alcançaram o interior remoto da Amazônia, distante dos litorais Atlântico e Pacífico e separado deste último pela Cordilheira dos Andes. Além disso, o trajeto fluvial entre a foz do Amazonas e suas regiões mais interiores corresponde a 3000 e 3500 quilômetros, evidenciando a complexidade dos deslocamentos humanos que contribuíram para a ocupação do continente americano.

É justamente em áreas da Amazônia, especialmente em Rondônia, que se concentram algumas das importantes descobertas arqueológicas associadas aos estudos de Neves (2022). O que se sabe com maior segurança é que a chegada dos europeus, a partir do século XVI, provocou uma profunda ruptura nas dinâmicas populacionais, sociais e produtivas dos povos indígenas. Os conflitos, os processos de colonização e a disseminação de doenças como gripe e varíola, contribuíram para uma drástica redução demográfica, dado amplamente citado na literatura espanhola da

época, como em Pedro Cieza De León (1882), e também em pesquisas de estudiosos que dedicaram suas vidas ao tema, como Maria Rostworowski (2016). A partir desses estudos, pode-se afirmar que as epidemias introduzidas pelos europeus causaram a morte de grande parte das populações indígenas na América Central e do Sul, fenômeno amplamente documentado entre Incas e Astecas e que, provavelmente, afetou de maneira significativa os povos da bacia amazônica para justificar seu quase desaparecimento num espaço de pouco mais de 200 anos.

Mas, se existiam um contingente de até 10 milhões na Amazônia como esse contingente humano conseguia sobreviver em solos considerados predominantemente pobres em nutrientes? As pesquisas de Neves (2022) e de sua equipe, também relatadas em documentários, como as realizadas no sítio arqueológico de Teotônio, em Rondônia, ajudam a responder essa questão. Os estudos demonstram que a TPI, datada de mais de 5.500 anos, é resultado do acúmulo intencional de resíduos orgânicos utilizados no manejo do solo para fins agrícolas, evidência que contribui para desconstruir o mito da Amazônia como uma floresta virgem e intocada. Ou seja, os povos indígenas possuíam domínio e capacidade de manejo eficiente da terra.

O pesquisador e sua equipe são figuras centrais da série documental produzida pelo Serviço Social do Comércio (SESC), disponível na plataforma YouTube, na qual explora a história da ocupação humana da Amazônia e os conhecimentos desenvolvidos pelos povos indígenas que moldaram a região ao longo de milênios. A TPI, conhecida internacionalmente como Amazonian Dark Earths (ADE), constitui um tipo de solo antropogênico formado ativamente até aproximadamente 500 anos atrás. Caracteriza-se por sua elevada fertilidade, apresentando concentrações de fósforo (P), cálcio (Ca), magnésio (Mg) e carbono orgânico significativamente superiores às encontradas na maioria dos solos amazônicos. Estudos geoarqueológicos demonstram que a TPI não é uma formação natural, mas um antrossolo resultante da ação humana pré-colonial. Sua origem está associada ao uso controlado do fogo

e à deposição contínua de resíduos orgânicos, incluindo restos de peixes, animais, vegetais e fragmentos cerâmicos.

Quanto à sua distribuição espacial, as áreas de TPI ocorrem, predominantemente, em regiões de terra firme localizadas próximas aos principais rios amazônicos. Em geral, apresentam extensões que variam entre dois e quatro hectares, embora já tenham sido registradas áreas com centenas de hectares, como em Santarém, no estado do Pará. Os estudos desenvolvidos pelo pesquisador e sua equipe têm contribuído significativamente para a compreensão dessas formações. Suas pesquisas abordam aspectos relacionados à origem, à distribuição e às características físico-químicas da TPI, bem como os processos geoarqueológicos voltadas à compreensão dos processos pedogenéticos e levantamentos que identificam a ocorrência desses solos em diferentes regiões da Amazônia.

Na busca por compreender a origem da TPI e o conceito de antropogenia, embora a maior parte das pesquisas sustente sua formação pela ação humana, debates recentes têm levantado hipóteses sobre possíveis influências de sedimentos andinos ou de processos naturais de formação ocorridos ao longo do tempo. Essas interpretações não necessariamente negam a participação humana, mas contribuem para ampliar as discussões acerca dos fatores envolvidos na constituição desses solos. No que se refere às populações pré-coloniais, a ampla distribuição das áreas de TPI tem reforçado a hipótese de que a Amazônia abrigou populações numerosas, capazes de manejar a floresta de forma sofisticada e sustentável.

Diante disso, cabe questionar: teria ocorrido algo semelhante em outras regiões do atual território brasileiro, especialmente no litoral? Se sim, por que encontramos menos evidências arqueológicas dessas ocupações? Uma das possíveis explicações está relacionada às variações do nível do mar, que modificaram significativamente as áreas costeiras, submergindo antigas paisagens e, possivelmente, parte dos vestígios deixados por grupos humanos que habitaram essas regiões (Goes, 2022).

Pelas descrições feitas e pelas que se seguirão, não havia isolamento nem incomunicabilidade entre os habitantes da América do Sul. Nesse sentido, pesquisas genômicas apontam para múltiplas ondas migratórias oriundas da Ásia, com processos de diferenciação populacional iniciados ainda durante a permanência desses grupos na Beríngia⁸ e durante a dispersão pelo continente americano. Como já prenunciamos, nesse campo de investigação destaca-se o trabalho da geneticista Hünemeier (2023). Sua equipe analisou milhares de marcadores genéticos distribuídos ao longo do genoma. Por meio de técnicas de genotipagem em larga escala e modelagem estatística, essas pesquisas buscam reconstruir a história demográfica das populações americanas e compreender os processos de ocupação do continente.

Os resultados obtidos permitem identificar diferentes linhagens populacionais, entre elas grupos associados aos paleoamericanos, como no caso de Luzia, linhagem de construtores de sambaquis, especialistas do mar, e grupos Tupi, agricultores da Amazônia, conforme descrevemos nos estudos arqueológicos feitos. Ao analisarmos esses processos, observamos que os sambaquieiros ocupavam extensas áreas do litoral brasileiro há milhares de anos. Posteriormente, transformações demográficas e movimentos populacionais associados à expansão de grupos Tupi e Guarani contribuíram para mudanças significativas na ocupação desses territórios, resultando em novas configurações culturais e populacionais ao longo da costa brasileira.

A substituição ou reconfiguração dos povos sambaquieiros pela expansão dos grupos Tupi não foi apenas um evento militar. Segundo Neves (2022), esse processo esteve relacionado, sobretudo, a uma superioridade logística baseada na agricultura tropical desenvolvida na Amazônia. Para o autor, o cultivo do milho e da mandioca foi um dos pilares que permitiu aos povos de tronco Tupi manter altas densidades populacionais, o que facilitou o processo de expansão e a subsequente ocupação do litoral, anteriormente habitado por grupos caçadores-coletores menos numerosos.

⁸ Mais conhecida como Ponte Terrestre de Bering. Se localizava, atualmente, no Estreito de Bering. Liga o Alasca (EUA) à Sibéria (Rússia).

Essa perspectiva reforça a compreensão de que os povos originários desenvolveram conhecimentos sofisticados sobre manejo ambiental, agricultura e organização social, desempenhando papel fundamental na transformação das paisagens e na constituição da diversidade cultural do território brasileiro. Nesse sentido, Livia Kelly Nascimento e Welson Barbosa Santos (2025) apresentam uma reflexão significativa ao destacarem que:

História do povo originário que fugiu para não ser escravizado no início da colonização, ao negro confinado à exploração da agricultura e da mineração das pedras preciosas locais, uma vez trazido do continente africano para esse fim. Ainda, os que foram para as lavouras como a cana e o café, assim como a mineração do ouro em diferentes pontos de um Brasil continental. Sobre o negro uma só sentença: trazido escravo a uma terra estranha, após a longa travessia do atlântico, sem ter para onde fugir,ilhado na América que o confina a escravidão (p.20).

Nessa linha de raciocínio, a colonização pode ser compreendida como um conjunto de relações de poder que atravessam diferentes dimensões da vida social. Nesse sentido, as reflexões de Foucault (2007) acerca dos mecanismos de poder e da produção de saberes permitem compreender como determinadas formas de conhecimento tornam-se legítimas, enquanto outras são silenciadas ou desqualificadas. De modo semelhante, Santos (2016) discute a construção de verdades que passam a ser aceitas como universais e incontestáveis. Foucault (2011), por sua vez, demonstra como essas verdades são produzidas, legitimadas e disseminadas por meio de sistemas jurídico-discursivos. Ao longo da história, tais mecanismos contribuíram para a imposição de visões de mundo que atribuíram humanidade plena apenas a determinados grupos sociais. Nesse processo, diferentes povos foram considerados inferiores, sem alma, não humanos ou mesmo passíveis de dominação.

É nesse contexto que se insere o apagamento histórico dos povos originários das Américas. Durante séculos, pouco se conheceu ou se valorizou acerca das sociedades que habitavam o território brasileiro antes da chegada dos europeus. Conforme destaca Piori (2012), a história dos povos originários foi marcada pela violência, pela

destruição de modos de vida e pelo extermínio de milhões de pessoas em decorrência das epidemias trazidas nos navios europeus. Isso contribuiu para um processo de apagamento de saberes, culturas e formas de existência sem precedentes. O apagamento amazônico, ocorreu de forma silenciada, com poucos registros, a morte varreu os grandes grupos reduzindo-os aos poucos sobreviventes que podem ter feito a opção de distanciamento em definitivo de seus algozes. A distância quase que total entre 1550 e 1700, dos rios e da Amazônia não deixou que soubéssemos a destruição e morte que se assolou, certamente. Aos sobreviventes, à medida que foram localizados séculos depois, impôs-se a condição de súditos da Coroa Portuguesa ou da Coroa Espanhola. Assim:

A colonização é, do ponto de vista da sociedade hegemônica, uma grande narrativa unilinear e teleológica não apenas de apagamento, mas de justificação para esse processo, como se o colonizador estivesse libertando o colonizado do jugo de ser si mesmo, deixando com que ele fosse[...] (Fernandes, 2017, p. 110).

Historicamente, a partir das reflexões do autor sobre os povos originários, muitos dos abusos praticados durante o processo de colonização decorreram da imposição de um modo de vida sobre as culturas já existentes no território. Os conhecimentos, as crenças e as práticas desses povos passaram a ser frequentemente considerados inferiores, imorais ou desprovidos de legitimidade, como se não constituíssem formas válidas de compreender e viver o mundo. Diante disso, cabe questionar: existe uma verdade única, soberana e universal? No contexto colonial, a cosmovisão cristã europeia foi frequentemente apresentada como a única forma legítima de verdade, sendo utilizada para justificar processos de dominação, catequização e controle dos povos originários. Nesse sentido, Michel Foucault (2011) argumenta que a verdade não é algo neutro ou absoluto, mas uma construção produzida e difundida por meio de discursos, instituições e relações de poder.

Logo, não existe uma verdade absoluta e universal, mas diferentes regimes de verdade produzidos e legitimados por relações de poder (Foucault, 2007). Diante disso, cabe questionar: o que ocorreu com os povos originários, seus hábitos, sua

agricultura e os conhecimentos que, ao longo de séculos, lhes permitiram construir culturas, saberes, formas de organização social e modos próprios de compreender o mundo e cultivar a terra? Embora muitos desses povos tenham sido vítimas de processos de violência, extermínio e dominação, suas histórias não desapareceram. O que frequentemente ocorreu foi o apagamento ou a desvalorização de seus conhecimentos e de suas contribuições para a formação das sociedades americanas.

Como já afirmamos, estudos arqueológicos indicam que, às margens do rio Amazonas e de seus afluentes, existiram grandes concentrações populacionais dotadas de elevados níveis de organização social, econômica e cultural, com agricultura desenvolvida, comparáveis a outras importantes sociedades da América pré-colonial, como os Maias, na Península de Iucatã, os Astecas, na Mesoamérica, e os Paracas, Mochicas e Incas, na região andina. Essa perspectiva é amplamente discutida por Eduardo Góes Neves (2006; 2022), como discutimos anteriormente. Entretanto, as reflexões do autor vão além, ao descrever que:

Finalmente, também em Manaus se identificou em 2003 o sítio Nova Cidade, um grande sítio da fase Paredão localizado longe dos rios Negro e Amazonas, um dado de grande importância por mostrar a presença de assentamentos de grande porte em áreas de terra firme. O sítio foi, no entanto, completamente destruído para a construção de um conjunto habitacional. Após a realização das terraplanagens, em um esforço de estimar o impacto sofrido pelo sítio, identificou-se a base de cerca de 200 urnas ou vasos depositados in situ, mas destruídos pelas máquinas (Neves 2012. p. 160).

Pesquisas realizadas por arqueólogos, conforme já descrevemos e retomamos aqui, somadas às de tantos outros pesquisadores que dialogam com esse campo, permitem afirmar que muitas das populações encontradas em 1500, durante as primeiras navegações pelo rio Amazonas, foram dizimadas. Mas por que não tivemos mais registros? Pesquisas como as de Góes Neves (2006; 2012; 2022) indicam, como já dissemos, que o relativo isolamento da região por mais de duzentos anos dificultou a obtenção de maiores informações sobre como essas sociedades foram transformadas após a chegada dos europeus.

Os sobreviventes retornaram a formas de vida mais seguras, muitas vezes associadas à mobilidade territorial, como exemplificamos com os grupos isolados Tamanduá e Baita, que, mais ao interior da floresta e afastados do contato com os homens brancos, puderam resistir aos impactos da colonização, como previamente dito. Se, no caso da Amazônia, a redução populacional decorrente das doenças introduzidas pelos colonizadores ainda é tratada como hipótese interpretativa, o mesmo não ocorre com os povos andinos e com os Astecas, na América Central, cujas experiências foram amplamente registradas. Antonio Carlos de Castro Toledo Jr. (2005) afirma que o massacre desses povos ocorreu sob o olhar dos conquistadores e cronistas da época, o que permite à historiografia trabalhar com estimativas populacionais mais próximas da realidade, uma vez que esses grupos mantiveram contato contínuo com os europeus. Para o autor:

A varíola foi introduzida na Península de Yucatan pela expedição de Pánfilo de Narváez, que foi enviada para resgatar Cortés. Em 13 de agosto de 1521, em seu retorno triunfal, quando Cortés conquistou Tenochtitlán sem dificuldades, a doença já havia matado um terço da população asteca³. A varíola atingiu o Império Inca em 1524-1525, matando seu imperador Huayna Capac e seus herdeiros, além de grande parte da população. Em meio à crise de sucessão, eclodiu uma guerra civil, que abriu as portas para a conquista espanhola, liderada por Francisco Pizarro (Toledo JR. 2005).

Os estudos de Tzvetan Todorov (1999) subsidiam a afirmação de que o extermínio dos povos originários na América Central e nos Andes ocorreu em larga escala. Os dados apresentados pelo autor indicam que, quando os europeus chegaram às Américas, havia cerca de 80 milhões de habitantes e que, dessa população original, aproximadamente 70 milhões foram dizimados nos primeiros cem anos de colonização. Trata-se de um dos maiores genocídios da história, marcado por epidemias, fome, deslocamentos forçados, confinamentos, guerras e trabalho compulsório. Na região do atual México, estima-se que existiam cerca de 25 milhões de habitantes nativos, número que foi reduzido para aproximadamente 1 milhão e 250 mil. Já no Império Inca, dos cerca de 9 milhões de habitantes, aproximadamente 6 milhões e 400 mil morreram no intervalo de um século.

Os poucos que sobreviveram passaram a conviver com a pressão de negar suas culturas e saberes, como condição para preservar a própria vida diante da ordem social imposta pelos colonizadores, sendo frequentemente tratados como inferiores e subordinados. Foram submetidos à imposição de novas formas de religião, alimentação e linguagem, como condição para serem aceitos dentro da ordem social estabelecida pelos colonizadores. No entanto, eram povos que já habitavam e construía suas formas de vida nesse território muito antes da chegada dos europeus. Mas de que território falamos? De um continente inteiro: a América. Nesse contexto, o eurocentrismo passou a ocupar o lugar de referência dominante na produção de conhecimentos, valores e modos de vida, desconhecendo como os nossos ancestrais cultivavam a terra na Amazônia e no litoral brasileiro. As práticas impostas durante a colonização transformaram profundamente a organização social dos povos originários sobreviventes que permitiram a aproximação com o colonizador, afetando não apenas seus modos de subsistência, mas também suas formas de sociabilidade, afetividade, espiritualidade.

Na busca por descrever algumas das dinâmicas políticas de dominação espanhola, os relatos de Molina (2010) e León (2010) permitem afirmar que conquistadores como Francisco Pizarro e membros de sua família estabeleceram alianças matrimoniais com mulheres da elite andina como estratégia de controle e legitimação do poder. Quando Foucault (2007) discute as relações de poder, dominação e controle, tais acontecimentos parecem bastante familiares. Não se trata apenas de refletir sobre o apagamento de uma sociedade, mas também sobre os impactos vividos por indivíduos e comunidades submetidos à violência da conquista. Da formação de uma nova configuração social, marcada pela aproximação entre setores da nobreza andina e os conquistadores europeus, resultaram profundas transformações culturais e sociais que contribuíram para o enfraquecimento de muitos elementos da cultura inca, conforme discute Rostworowski (2016).

Nesse contexto, dos poucos povos indígenas que sobreviveram, passaram a ser vistos como bárbaros e como sujeitos que precisavam ser corrigidos e civilizados. O resultado foi a internalização de sentimentos de inferiorização, vergonha e culpa, que ainda reverberam em muitas comunidades indígenas, refletindo a força dos processos de opressão vivenciados por esses povos. Pierre Bourdieu (1979) diria que se trata de um exemplo claro de violência simbólica, na qual os dominados passam a perceber sua própria cultura como inferior, naturalizando as relações de dominação. Tendo isso em vista, imaginemos a dimensão desse processo e o quão eficaz era esse discurso ao levar uma sociedade a compreender a si mesma como inferior. Nesse sentido, a colonização não promoveu apenas a ocupação dos territórios, mas também a imposição de valores e formas de pensar que continuam produzindo efeitos até os dias atuais.

A análise desse processo nos obriga a repensar a narrativa hegemônica sobre civilização e progresso, sobre agricultura eficiente ou mesmo quem começou esse processo na Amazônia e no litoral brasileiro. Nesse sentido, consideremos que todo um grupo sofreu, e ainda sofre até os dias atuais, por ideologias impostas pela violência e pela dominação colonial. Para os europeus, pouco importava com o que havia aqui: povos, idiomas e cultura. Chegaram, sobretudo, para dominar.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, buscamos refletir sobre a história dos povos originários da América do Sul a partir de diferentes campos do conhecimento, articulando contribuições da arqueologia, da genética, da história e das ciências humanas. As discussões apresentadas evidenciam que a Amazônia, o litoral brasileiro e os Andes abrigaram sociedades complexas, dotadas de sofisticadas formas de organização social, cultural, agrícola e política, muito diferentes das representações historicamente difundidas pelos discursos coloniais. As pesquisas analisadas também demonstram

que a colonização produziu profundas transformações demográficas, culturais e simbólicas, marcadas pela violência, pela disseminação de doenças, pelo apagamento de saberes ancestrais.

Ainda, ao trazer à tona histórias, sujeitos e experiências frequentemente invisibilizados, este trabalho busca contribuir para a valorização dos conhecimentos produzidos pelos povos originários e para a ampliação das reflexões sobre diversidade, cultura e direitos humanos. Do mesmo modo, pretende reconhecer o lugar das tecnologias agrícolas no Brasil anterior a Cabral e da América anterior a Colombo. Sendo assim, mais do que revisitar o passado, trata-se de compreender como os efeitos da colonização permanecem presentes na atualidade e de reconhecer a importância de construir narrativas que respeitem a pluralidade das experiências humanas e dos modos de existir. Mais que isso, trata-se de devolver a dignidade histórica a culturas que sofreram e ainda sofre diferentes formas de apagamentos.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp, 2007.
- BRASIL, Ministério da Educação MEC. Escola da terra. Disponível em <https://www.gov.br/mec/pt-br/despublicados/pronacampo/ii-eixo-formacao-inicial-e-continuada-de-professores/escola-da-terra>. Acessado em 07 de abril de 2026
- CIEZA DE LEÓN, Pedro de. **The Travels of Pedro de Cieza de León**. London: Hakluyt Society, 1883.
- FERNANDES, Estevão Rafael. **Decolonizando sexualidades: dissidências sexuais e de gênero em contextos indígenas no Brasil**. Revista Estudos Feministas, 2016.
- FISCHER, Rosa Maria Bueno. **Foucault e a análise do discurso em educação**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 114, p. 197-223, nov. 2001.
- FISCHER, Rosa Maria Bueno. **Escrita acadêmica: arte de assinar o que se lê**. In: COSTA, Marisa Vorraber; BUJES, Maria Isabel Edelweiss (org.). Caminhos investigativos III: riscos e possibilidades de pesquisar nas fronteiras. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 117-140.
- FISCHER, R. M. B. **Por uma escuta da Arte: ensaio sobre poéticas possíveis na pesquisa**. Rev. Bras. Estud. Presença. vol.11 n° 1 Porto Alegre, 2021.
- FOUCAULT, Michel. **Os anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

GUIMARAES, Isabel Karine; RIBEIRO, Kananda Andreina; SANTOS, Welson Barbosa; NEVES, Priscila Pires Corrêa. **Brasil: uma educação necessária e possível diante de preconceitos raciais e sexuais**. 1. ed. Curitiba: Editora Bagai, 2026. 78 p. E-book. ISBN 978-65-5368-733-2. DOI: <https://doi.org/10.37008/978-65-5368-733-2.13.05.26>.

HORSWELL, Michael J. **Decolonizing the sodomite: queer tropes of sexuality in colonial Andean culture**. Austin: University of Texas Press, 2005.

HÜNEMEIER, Tábita. **As descobertas sobre origem e história dos povos indígenas da América do Sul reveladas pela genética [Depoimento]**. BBC News Brasil. Brasília: Instituto de Biociências, Universidade de São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-64309059>. Acesso em: 23 ago. 2025.

MOLINA, Cristóbal de. **Relação das fábulas e ritos dos incas**. Madrid: Iberoamericana, 2010.

NEVES, Eduardo Góes. **Amazônia cultivada**. Produção: Tatiana Toffoli. [S. l.]: Monte Brasil, 2022. 1 vídeo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EG8xXLEhmrQ&list=PLilQoqgFEbVVMGXd5pXU7NZVIZjL8bZio>. Acesso em: 22 abr. 2026.

NEVES, Eduardo Góes. **Amazônia: ocupação humana e arqueologia**. [S. l.]: YouTube, [s. d.]. 1 vídeo. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=mtWMp6_VGrE. Acesso em: 22 abr. 2026.

NEVES, Eduardo Góes. - **SESC** - Conchas e ossos acessível em <https://www.youtube.com/watch?v=sN7PV0rVLwA&list=PLilQoqgFEbVVMGXd5pXU7NZVIZjL8bZio&index=2> - Acesso em 22 de abril de 2026.

NEVES, Eduardo Góes. **SESC** - O tabaco e a cerveja <https://www.youtube.com/watch?v=uU8AvnYljLo&list=PLilQoqgFEbVVMGXd5pXU7NZVIZjL8bZio&index=3> - Acesso em 22 de abril de 2026.

NEVES, Eduardo Góes. **SESC** - Cemitério bacabal <https://www.youtube.com/watch?v=kC5R820et64&list=PLilQoqgFEbVVMGXd5pXU7NZVIZjL8bZio&index=4> - Acesso em 22 de abril de 2026.

NEVES, Eduardo Góes. **Terra Preta**. [S. l.]: SESC, [s. d.]. 1 vídeo. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=-eF_foyjs-c&list=PLilQoqgFEbVVMGXd5pXU7NZVIZjL8bZio&index=5. Acesso em: 22 abr. 2026.

NEVES, Eduardo Góes. **SESC** - O construtor de Ruínas <https://www.youtube.com/watch?v=2NeD1emYj0Y&list=PLilQoqgFEbVVMGXd5pXU7NZVIZjL8bZio&index=6> Acesso em 22 de abril de 2026

NEVES, Eduardo Góes. **SESC** - Berço tupi <https://www.youtube.com/watch?v=jHWh3Mgf4mY&list=PLilQoqgFEbVVMGXd5pXU7NZVIZjL8bZio&index=7> Acesso em 22 de abril de 2026.

NEVES, Eduardo Góes. **Viver na floresta**. [S. l.]: SESC, [s. d.]. 1 vídeo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=L5Z-pH0HIIk&list=PLilQoqgFEbVVMGXd5pXU7NZVIZjL8bZio&index=8>. Acesso em: 22 abr. 2026.

PARAENSE, Juliano Amazônia. **A saga dos dois últimos índios Piripkura existentes na Amazônia**. [S. l.]: YouTube, [s. d.]. 1 vídeo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=M4adxtjSWx4>. Acesso em: 22 abr. 2026.

PIRIPKURA. **Povos Indígenas no Brasil**. [S. l.]: Instituto Socioambiental, [s. d.]. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org>. Acesso em: 7 abr. 2026.

PIRIPKURA. Direção: Mariana Oliva, Renata Terra e Bruno Jorge. **Produção**: Zezão Produções e Maria Farinha Filmes. Brasil: Cinema Libre Studio, 2017. 1 vídeo (81 min). Disponível em: <https://cinemalibrestudio.com/PiripkuraMovie/>. Acesso em: 14 abr. 2026.

PRIORI, A., *et al.* **História do Paraná: séculos XIX e XX** [online]. Maringá: Eduem, 2012. A história do Oeste Paranaense. pp. 75-89. ISBN 978-85-7628-587-8.

ROSTWOROWSKI, Maria. **Tahuantinsuyu**: história do império inca. Lima: Punto de Vista, 2016.

SANTOS, Welson Barbosa. **Adolescência heteronormativa masculina: entre a construção “obrigatória” e desconstrução necessária**. São Paulo: Ed Intermeios, 2016.

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América: a questão do outro**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

TOLEDO JR., Antonio Carlos de Castro. **História da varíola**. Revista Médica de Minas Gerais, 2005.

VICTOR, José Mendes Cardoso. **Peabiru, histórias e plantas** Departamento de Botânica, Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Rio Claro, SP; UNESP. Rev. La Insignia, Brasil, ago 2006. Disponível em: http://www.lainsignia.org/2006/agosto/ecol_001.htm Acesso em 10 março 2026.

DECLARAÇÕES

Contribuição de Autoria

1 – Welson Barbosa Santos

Doutorado em Educação pela Universidade Federal de São Carlos
<https://orcid.org/0000-0003-2695-389X> • welson.santos@ufu.br
Contribuição: Escrita – Primeira Redação

2 – Isabel Karine Guimaraes

Graduanda em Biologia pela Universidade Federal de Uberlândia
<https://orcid.org/0009-0001-7211-5793> • isabel.guimaraes@ufu.br :
Contribuição: Escrita – Segunda Redação

3 – Amanda Andrade Pedro

Graduanda em Biologia pela Universidade Federal de Uberlândia
<https://orcid.org/0009-0006-0366-324X> • amanda.pedro@ufu.br
Contribuição: Escrita – Terceira Redação

4 – Luiz Gustavo Rodrigues da Silva

Graduando em Biologia pela Universidade Federal de Uberlândia
<https://orcid.org/0009-0001-8200-2645x> • luiz.silva5@ufu.br
Contribuição: Escrita – Quarta Redação

5 – Priscila Pires Corrêa Neves

Mestrado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Uberlândia
<https://orcid.org/0009-0004-1074-8634> • priscilapires.artes@gmail.com
Contribuição: Escrita – Quinta Redação

Conflito de Interesse

Os autores declararam não haver conflito de interesses.

Disponibilidade de dados de pesquisa e outros materiais

Dados de pesquisa e outros materiais podem ser obtidos entrando em contato com os autores.

Direitos Autorais

Os autores dos artigos publicados pela Revista Sociais e Humanas mantêm os direitos autorais de seus trabalhos e concedem à revista o direito de primeira publicação, sendo o trabalho simultaneamente licenciado sob a Licença Creative Commons Atribuição (CC BY-NC-ND 4.0), que permite o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria e publicação inicial nesta revista.

Verificação de Plágio

A revista mantém a prática de submeter todos os documentos aprovados para publicação à verificação de plágio, utilizando ferramentas específicas, como Turnitin.

Editor - chefe

José Renato Ferraz da Silveira

Como citar este artigo

SANTOS, W. B.; GUIMARAES, I. K.; PEDRO, A. A.; SILVA, L. G. R.; NEVES, P. P. C. A Amazônia de 10 milhões de habitantes: agricultura de subsistência e o manejo da terra preta de Índio. **Revista Sociais e Humanas**, Santa Maria, v. 39, n. 1, e97687, 2026. DOI: 10.5902/2317175897687. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/2317175897687>.